

# Origem e evolução de alguns costumes funerários

## Banquetes Funerários

### *No paganismo*

Na antiguidade, havia a convicção de que os defuntos levavam, no além, uma vida obscura, mas em tudo semelhante à que tinham experimentado durante a existência terrena.

Por isso, na sepultura eram colocados, ao lado do cadáver, os objectos que o defunto utilizara na vida quotidiana, sobretudo os de sua especial predilecção. Assim a um guerreiro não podiam faltar as armas; a uma mulher, os objectos de *toilette*; a uma criança, os brinquedos com que se entretinha.

Esta mentalidade e prática ainda se encontram hoje entre os povos de cultura primitiva.

Para suavizar a solidão desta existência, as pessoas de família e amigas visitavam o túmulo com frequência, mas especialmente no aniversário do nascimento, da morte e noutras datas importantes.

Estes costumes cumpriam-se pontualmente como prova saudosa de afeição aos entes queridos que a morte levava, e também com receio da vingança que os mortos exerciam sobre aqueles que os desprezavam.

Especial atenção se prestava à alimentação necessária para sustentar a existência no além-túmulo.

Porque os mortos sentiam fome e sede, colocavam-se alimentos e bebidas junto dos túmulos. Muitas vezes faziam-se orifícios na pedra tumular para fazer chegar ao corpo do defunto água, vinho e o sangue de vítimas imoladas.

É interessante o que, a este respeito, se lê na Sagrada Escritura. Tobias, julgando-se no fim da vida, chama o filho e, entre outras coi-

sas, recomenda-lhe: «Põe o teu pão e o teu vinho sobre a sepultura do justo e não comas nem bebas com os pecadores». Tobias 4, 17.

A existência de certos costumes funerários, e entre eles aquele de que tratamos, é claramente afirmada por Jeremias: «Eu retirei deste povo a minha paz, a minha protecção e a minha misericórdia. Morrerão grandes e pequenos nesta terra: não serão sepultados nem chorados: não se farão por eles incisões, nem por eles se repararão os cabelos. *O pão não será repartido para consolar o que chora por um morto, nem se lhe dará a beber a taça da consolação pela morte dos seus pais*». Jeremias 16, 5-7. Cf. Ezequiel 24, 17.

Acabados os funerais e depois das purificações ritualmente obrigatórias, procedia-se ao repasto funerário. O mesmo se fazia nas festas chamadas *rosalia* em honra dos mortos, e noutras datas importantes relacionadas com o falecido.

Durante o convívio, nada se dizia que pudesse ofender ou melindrar o morto, segundo o velho princípio — *De mortuis nihil nisi bonum: dos que morreram só se deve dizer bem*.

Segundo a crença corrente, o morto tomava parte na refeição, pelo que lhe era reservado lugar à mesa e servidos os alimentos como aos outros convivas.

Os túmulos das famílias de grandes possibilidades económicas eram verdadeiras casas subterrâneas a que não faltava a cozinha e a sala de jantar. Em alguns destes monumentos funerários, ainda se pode ver a sala com a respectiva mesa de pedra rodeada de assentos.

Estes costumes eram universalmente observados nos povos de cultura greco-romana, que, por sua vez, os tinham recebido doutras civilizações mais antigas e ainda se encontram em povos atrasados e de cultura primitiva<sup>1</sup>.

#### *Na sociedade cristã*

A sepultura de Cristo influenciou profundamente os primeiros cristãos no modo de dar sepultura aos mortos. Se exceptuarmos a inci-

<sup>1</sup> Sobre este assunto veja-se:

DAREMBERG-SAGLIO, *Funus*, in *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines*, vol. II; FRANZ CUMONT, *Lux Perpetua*, Paris, 1949; FOUSTEL DE COULANGES, *A Cidade Antiga*, vol. I, cap. I, liv. I, Lisboa, ed. Livraria Clássica Editora, 1941; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, vol. I e III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913.

neração dos cadáveres, que sempre rejeitaram, aceitaram os hábitos e costumes da sociedade a que pertenciam.

A Igreja procurou sempre inserir-se na vida e cultura dos povos que evangelizava, corrigindo e cristianizando práticas que não condiziam com a sua doutrina.

É possível que os cristãos dos primeiros séculos tenham feito os banquetes funerários usuais no Império Romano, mas, sobre este ponto, faltam-nos documentos claros.

No século IV, sobretudo a partir da paz constantiniana, os documentos são claros e abundantes.

Nas obras de Santo Agostinho, há várias referências aos abusos intoleráveis a que tais comezainas se prestavam.

Ainda simples sacerdote, escreveu uma carta a Aurélio, bispo de Cartago, exortando-o a pôr termo a essas orgias escandalosas. Seria audácia, dizia o santo, querer alterar um costume que a Igreja de Cartago aceita, ou conservá-lo, se ela o abolir<sup>2</sup>.

Este costume, profundamente enraizado nas populações do Norte de África, tinha desaparecido quase totalmente na Itália e noutras regiões devido ao zelo e oposição dos bispos. Santo Agostinho, numa atitude de grande prudência, recomenda que se não tomem medidas drásticas ou demasiadamente severas, porque estes males não se eliminam com proibições autoritárias, mas admoestando e ensinando com mansidão. A severidade, que poderá ser útil na correcção de pessoas isoladas, será grave imprudência quando se trata de multidões.

Cheio de compreensão e tolerância, o santo Doutor aceita os convívios em honra dos mortos, se decorrerem sem sumptuosidade e com modéstia, e se os pobres forem contemplados.

Certamente por influência desta carta de Santo Agostinho, o Concílio III de Cartago, no Can. 33, proibiu os banquetes nas igrejas<sup>3</sup>.

No tratado *De Moribus Ecclesiae Catholicae*, deplora o excesso de comida e bebida junto dos sepulcros:

«Sei que muitos são adoradores dos sepulcros e das pinturas, sei que muitos bebem desregradamente sobre os mortos e, expondo iguarias diante dos cadáveres, eles mesmos se sepultam sobre os mortos atribuindo os excessos de comida e de bebida à religião»<sup>4</sup>.

<sup>2</sup> PL 33, 90-94.

<sup>3</sup> HEFELE-LECLERCQ, *Histoire des Conciles*, II, Paris 1908, 88.

<sup>4</sup> PL 32, 1342.

No comentário ao Salmø 48, diz o Santo: «Invocarão os nomes deles nas suas terras. Que é isto? Levarão pão e vinho para junto das sepulturas e invocarão aí os nomes dos mortos. Podes calcular quantas vezes foi invocado o nome daquele rico quando os homens se embriagavam em sua memória, sem que uma gota lhe caísse na lingua abraçada (Luc. 16,24)? Os homens servem o seu ventre e não as almas dos que morreram. Ao espírito dos mortos só aproveita aquilo que fizeram durante a vida: o que não fizeram enquanto vivos não lhes poderá chegar depois da morte»<sup>5</sup>.

Na Patrologia de Migne, depois dos sermões autênticos de santo Agostinho, vêm os apócrifos: aqueles que falsamente lhe são atribuídos. Merecem referência especial dois deles sobre a Cátedra de S. Pedro e que censuram o costume de comer e beber em cima da sepultura dos mortos, como se as almas separadas dos corpos precisassem de alimentos. Esta superstição, longe de confortar os defuntos, mais os prejudica. Reze-se quotidianamente por eles e implore-se o perdão para os seus erros e quedas<sup>6</sup>.

Zenão de Verona insurge-se também contra as refeições oferecidas aos cadáveres<sup>7</sup>.

Além dos testemunhos literários, há os documentos arqueológicos. Nos cemitérios cristãos existem sepulturas com salas preparadas para nelas se servirem os banquetes funerários perfeitamente iguais às das sepulturas pagãs.

Aparecem mesmo mesas e assentos de pedra, sendo uma cadeira de menores proporções, *cathedra*, destinada ao defunto porque era crença geral que ele vinha tomar parte na refeição.

Em alguns destes monumentos funerários, há pinturas que representam comidas e banquetes. Idênticas pinturas existiam nas sepulturas dos cemitérios pagãos, que, segundo a explicação dos eruditos, se destinavam satisfazer a necessidade de alimentação, bebida e recreio que os defuntos sentiam na sua existência de além-túmulo.

Relativamente a tais pinturas dos cemitérios cristãos, há grande divergência de interpretações.

Muitos consideram-nas a continuação pura e simples dos cos-

*Ennarrationes in Psalmos: PL 36, 554.*

<sup>5</sup> Serm. 190-191. *PL 39, 2100-2102. PL 11, 366.*

tumes pagões. Alguns vêem nelas a representação do banquete celestial e, segundo outros, referem-se à celebração da Eucaristia<sup>8</sup>

#### *Banquetes em honra dos mártires*

Os banquetes funerários constituíram também um número importante do culto popular prestado aos mártires, que foram os primeiros santos a ser venerados na Igreja. A origem de muitas manifestações do seu culto está muito ligado ao culto dos mortos.

«É nos usos funerários relacionados com o comum dos mortais que veremos desenvolverem-se os elementos essenciais do culto dos mártires»<sup>9</sup>.

Os fiéis acorriam ao seu túmulo para os venerar e lhes pedir protecção.

Para impedir que os cristãos prestassem honras calorosas aos que davam a vida por Cristo os pagãos mandavam, muitas vezes, lançar os corpos às feras ou queimá-los, e as cinzas eram deitadas ao mar e ao vento.

O mártir pertencia à comunidade cristã do lugar em que era sepultado e que se responsabilizava pelo seu culto. Os restos mortais (*reliquiae*) eram considerados património precioso e sagrado.

Era festejado no aniversário da morte, ao contrário dos pagãos que solenizavam, com especial relevo, a data do nascimento.

Em honra dos mártires, fazia-se, junto do túmulo, o *refrigerium*, nome com que, na antiguidade, se designava o repasto funerário.

A palavra *refrigerium* aparece frequentemente nos escritores pagãos, cristãos e mesmo nas páginas da Sagrada Escritura<sup>10</sup>.

É bem conhecida a passagem de S. Lucas na parábola do rico avarento: «Pai Abraão, tem misericórdia de mim e envia Lázaro para

<sup>8</sup> Sobre este assunto ver:

E. JASTRZEBOWSKA, *Les scènes de banquet dans les peintures et sculptures des III.<sup>e</sup> et IV.<sup>e</sup> siècles*, in *Recherches Augustiniennes* 14 (1979) 3-90; Th. KLAUSER, *Cathedra im Totenkult*, Münster 1927; H. LECLERCQ, *Agape*, in *DACL* I, 775-847.

<sup>9</sup> H. DELEHAYE, *Les Origines du Culte des Martyrs*, Bruxelles, Société des Bollandistes, 1923 [sobretudo o cap. II]; Id. *Sanctus*, Bruxelles, Société des Bollandistes, 1927.

<sup>10</sup> A. M. SCHNEIDER, *Refrigerium*, Freiburg, 1928; A. STUIBER, *Refrigerium Interim*, Bonn 1957; DELEHAYE, *Sanctus*, 137-140; F. VAN DER MEER, *San Augustín Pastor de Almas*, Barcelona 1965 [cap. Los Banquetes Funerarios 632-669].

molhar em água, a ponta do dedo e me refrescar a língua, porque estou atormentado nestas chamas». Luc. 16,24.

Depois da paz constantiniana, os repastos funerários, que se faziam nos cemitérios, passaram a ser feitos pelos cristãos nas igrejas junto ao túmulo dos mártires.

Infelizmente, apesar da santidade do lugar, os abusos e excessos na comida e na bebida eram frequentes.

Os esforços das autoridades eclesiásticas para acabar com estes escândalos nem sempre eram coroados de êxito e, por vezes, suscitavam perigosas reacções populares de protesto e descontentamento.

No sermão 252, n.º 4, sobre as duas pescas milagrosas referidas pelo Evangelho, Santo Agostinho observa que «na barca da Igreja, se encontram dificilmente os grãos de trigo debaixo de montes de palha. Nela há muitos ladrões, ébrios, maldizentes e espectadores dos teatros. As multidões que enchem as igrejas não são as mesmas que frequentam os teatros? Provocam tumultos e desordens nas igrejas como, nos teatros. Opõem-se e resistem às orientações de ordem espiritual, seguindo as tendências da carne e contradizendo o Espírito Santo. Por esse motivo, já Estevão acusava os judeus. (Act. 7,51). Não corremos nós grande perigo nesta cidade, como todos vos lembrais, para acabar com as bebedeiras dentro desta basílica? Não se afundava quase a barca com a revolta da carne?»<sup>11</sup>.

Em carta a Alípio, bispo de Tagaste, descreve a oposição do povo contra a proibição de comezainas e borracheiras nas igrejas. «Depois da tua partida, soubemos que os homens se revoltavam e diziam que não podiam tolerar que fosse proibida a solenidade a que chamavam a festa da Alegria, procurando, em vão, esconder com este nome a vinolência»<sup>12</sup>.

Por esta carta de Santo Agostinho (n.º 10), sabemos que o péssimo costume se verificava todos os dias na Basílica de S. Pedro, em Roma.

As multidões de peregrinos que, de toda a parte, afluíam à Cidade Eterna tornavam inúteis as proibições, de forma «que não tinha sido ainda possível acalmar e extinguir este bárbaro costume».

O Santo Doutor (n.º 9) explica como se introduziu no povo cristão este procedimento.

Com a paz concedida à Igreja, depois das sangrentas persegui-

<sup>11</sup> PL 38, 1174.

<sup>12</sup> PL 33, Ep. 29, n.º 2.

ções dos três primeiros séculos, as multidões queriam abraçar o Cristianismo. O grande impedimento à conversão era terem de deixar as festas dos ídolos com abundantes comidas e bebidas. Transigiu-se com os inveterados hábitos das populações, tolerando que fizessem, em honra dos mártires, os banquetes que, até aí eram feitos nas festas dos ídolos.

A Igreja iria depois pacientemente esclarecendo, corrigindo e formando os povos convertidos.

Ao levar o Evangelho a terras pagãs, a Igreja adapta-se aos usos e costumes locais, procurando desligá-los da idolatria e imbuí-los do espírito cristão.

Na vida de S. Gregório Taumaturgo, escrita por S. Gregório de Nissa, conta-se que o santo permitiu que os pagãos convertidos ao cristianismo festejassem os santos mártires com os mesmos banquetes e manifestações de alegria que estavam habituados a fazer em honra dos ídolos<sup>13</sup>.

Esta orientação foi claramente dada aos missionários da Inglaterra por S. Gregório Magno, em carta ao abade Melito sobre a atitude a tomar relativamente aos templos pagãos e aos banquetes que neles se faziam nos dias festivos.

Ordenou que os templos, destruídos os ídolos, fossem purificados e consagrados ao culto divino e que os banquetes continuassem a fazer-se em honra dos santos mártires<sup>14</sup>.

Fausto, o maniqueu, acusava os cristãos de terem substituído o culto dos ídolos pelo dos mártires, fazendo-lhes as mesmas oferendas de banquetes e de vinho.

Santo Agostinho responde-lhe que «uma coisa é o que ensinamos e outra o que suportamos, uma coisa é o que está preceituado e outra o que mandamos corrigir e, enquanto se não emenda, somos obrigados a suportar. Uma coisa é a disciplina dos cristãos e outra o excesso dos ébrios ou o erro dos fracos»<sup>15</sup>.

No livro das Confissões, conta-nos Santo Agostinho que sua mãe foi um dia à catedral de Milão para celebrar, sobre a sepultura dos mártires, o banquete profundamente enraizado nas regiões do norte de África.

<sup>13</sup> PG 46, 954.

<sup>14</sup> Liber XI, Epist. LXXVI: PL 77, 1215.

<sup>15</sup> PL 42, 384 s. Sobre semelhantes acusações feitas por outros escritores pagãos ver E. VACANDARD, *Études de Critique Religieuse*, Troisième Série, Paris, Gabalda, 1912, 147 s.

O guarda da igreja impediu-a de realizar o piedoso desejo, informando-a cortesmente de que tal costume fora proibido em Milão por Santo Ambrósio. Santa Mónica, embora profundamente apegada a uma prática de uso corrente na sua terra, aceitou da melhor vontade a proibição pela grande estima que tinha por Santo Ambrósio<sup>16</sup>.

Para além deste episódio contado por Santo Agostinho no livro das Confissões, a opinião de Santo Ambrósio foi bem claramente manifestada no tratado *De Helia et Jejunio*. O santo bispo de Milão reprova « o procedimento daqueles que, julgando fazer uma obra agradável a Deus, levam, pela tarde, vinho para junto do túmulo dos mártires e aí bebem, convencidos de que, doutra forma, não seriam atendidos em suas orações»<sup>17</sup>.

S. Paulino de Nola escreveu, em verso, que a simplicidade crédula julgava que os santos se deliciavam com o aroma do vinho deitado sobre os seus sepulcros<sup>18</sup>.

Os banquetes funerais, *refrigerium*, em honra dos mortos e depois também dos mártires, faziam-se em toda a parte, sem exceptuar a cidade de Roma.

Com o culto dos mártires, deslocaram-se dos cemitérios para dentro das igrejas e os pobres tinham neles parte muito importante.

Na segunda metade do século IV, viveu em Roma Pamáquio, de família patricia, senador e senhor de grandes riquezas.

Casou com Paulina, filha de Santa Paula, que pertenceu ao grupo de mulheres de elevada condição social que se reuniam em casa de Marcela e que S. Jerónimo, durante a sua estadia em Roma no tempo do papa S. Dâmaso, orientou na vida espiritual e iniciou nos estudos bíblicos.

Pamáquio não era apenas um homem com um lugar importante na sociedade romana. Profundamente crente, piedoso e dedicado à Igreja, mereceu, pelas suas virtudes, as honras dos altares<sup>19</sup>.

Santo Agostinho escreveu-lhe uma carta a manifestar-lhe sentimentos de muita amizade e gratidão pelo facto de Pamáquio ter conseguido trazer à unidade da Igreja os colonos donatistas que trabalhavam nas suas propriedades da Numídia<sup>20</sup>.

<sup>16</sup> Livro VI, cap. II: PL 32, 719

<sup>17</sup> PL 14, 719.

<sup>18</sup> PL 61, 661.

<sup>19</sup> Vide *Enciclopedia Cattolica*, IX, 666 s.

<sup>20</sup> Carta 58: PL 33, 225 s.

Paulina morreu inesperadamente na flor da vida, de parto laborioso, em 397, e Pamáquio serviu aos pobres de Roma abundante refeição na Basílica de S. Pedro. Os pobres eram em tão grande número que encheram por completo a Basílica, o átrio e a praça fronteira.

S. Jerónimo, amigo íntimo da família, escreveu-lhe uma das suas mais famosas cartas para o consolar pela morte da esposa e para o encorajar nos propósitos de se entregar inteiramente a Deus. Depois da morte de Paulina, Pamáquio vestiu o hábito de monge.

Referindo-se ao bodo dado na Basílica de S. Pedro, escreve S. Jerónimo:

«Eis as tropas comandadas agora por Pamáquio.

Nos pobres aquece e lava Jesus Cristo. Chefe e generoso benfeitor dos indigentes, caminha à sua frente para o céu. Os maridos espalham sobre o túmulo das esposas violetas, rosas, lírios e flores da cor da púrpura. O nosso Pamáquio lança sobre as cinzas e venerandos restos mortais o bálsamo da esmola»<sup>21</sup>.

S. Paulino de Nola dirigiu-lhe também, a propósito da morte da esposa, uma longa carta em termos de grande elevação e beleza literárias. Por ele sabemos os pormenores da opulenta refeição dada aos pobres de Roma.

«Tu pagaste o que devias a Paulina, chorando sobre o seu corpo e dando esmolas por sua alma. Tu juntaste, opulento e caritativo, os pobres, patronos das nossas almas, tão numerosos em Roma, na igreja do Apóstolo. Como eu gosto de pousar os olhos sobre este magnífico espectáculo! Parece-me ver multidões de indigentes entrar pela Basílica de S. Pedro em tão grande número que a enchiam por completo bem como o pórtico de entrada e a praça que lhe fica em frente. Eu vejo-os todos reunidos e dispostos por ordem comendo os alimentos que tu lhes distribuías, espectáculo que lembrava a abundância miraculosa de que fala o Evangelho e as multidões alimentadas com cinco pães e dois peixes pelo verdadeiro pão da vida e peixe de água viva, Nosso Senhor Jesus Cristo»<sup>22</sup>.

A refeição que Pamáquio ofereceu aos pobres na Basílica de S. Pedro não era caso único, pois como já vimos era de uso corrente em honra dos mortos e dos mártires. Impressionou pela magnificência e pelo número extraordinário de necessitados que nela tomaram parte.

<sup>21</sup> Carta 66: PL 22, 639-647.

<sup>22</sup> Carta 13: PL 61.

Esta prática foi-se mantendo ao longo dos séculos não só em povos atrasados e de cultura primitiva mas também em povos civilizados. Isto acontece ainda na Alemanha evoluída e progressiva, em que, simplificada e adaptada aos tempos actuais, é religiosamente observada <sup>23</sup>.

#### *Em Portugal*

Estes usos e costumes persistiram em Portugal e ainda hoje se encontram manifestações e vestígios em algumas terras.

As Constituições da Diocese do Porto, de 1585, no título 18 fl.78, determinam: «E para tirar os ritos e costumes que mais são de gentios que de cristãos, ordenamos e mandamos que em nenhum tempo se coma nem beba sobre as sepulturas dos finados nem se consinta fazer sob pena de serem punidos segundo a tal superstição merecer».

As Constituições promulgadas também no Porto por D. João de Sousa no ano de 1690, entre várias disposições sobre exéquias, trazem, no Livro 4, Tit. II Constit. 9, a seguinte proibição: «A cada um dos párocos, sob pena de se lhes dar em culpa, não consentam em suas freguesias abusos e superstições nos acompanhamentos, enterros, officios, exéquias e trintários, nem que se coma sobre as sepulturas, nem façam rezas com ajuntamentos da freguesia à porta da igreja, em que se costuma dar de comer».

Interessantes as determinações das Constituições do Bispado de Coimbra de 1591, Título 20, fls. 102-105:

«Achamos que neste nosso Bispado, principalmente nos lugares de fora, muitas pessoas seculares e homens e mulheres dormem nas igrejas e ermidas principalmente nos dias dos Oragos, nelas comem e bebem e tigem e cantam como se fossem casas profanas deputadas a semelhantes autos, o que o direito não permite e a reverência devida aos lugares santos não sofre, e nos dias dos enterramentos e dos officios dos defuntos os parentes e pessoas que a eles se acham nas mesmas igrejas e adros comem e bebem e às vezes sobre as mesmas covas por cerimónia. Pelo que estreitamente defendemos que da publicação desta Constituição em diante pessoa alguma de qualquer estado e condição que seja, não durma nas igrejas ou ermidas, ainda que seja nas vésperas e dias dos oragos, tirando aquelas que para guarda das

<sup>23</sup> *Wörterbuch der Deutschen Volkskunde*, Stuttgart, Alfred Kröner Verlag, 809-811.

ditas igrejas são necessárias, nem de dia comam ou bebam nelas, salvo alguns doentes que aí estiverem tão enfermos que não possam ser levados fora e que não cantem nem bailem nem haja ajuntamentos profanos de homens e mulheres com que Deus gravemente se ofende e o povo se escandaliza.

E que os priores, reitores e curas e capelães que das ditas igrejas e ermidas tiverem cargo, tanto que por noite, fechem as portas delas lançando fora todos os que estiverem dentro e as não abram senão em amanhecendo».

As constituições do Bispado da Guarda, publicadas em Lisboa no ano de 1759, fls. 489, dizem: «Sob as mesmas penas proibimos a cada um dos clérigos do nosso Bispado, que quando se ajuntarem em alguma igreja em razão de festa, officio de defuntos, ou para qualquer outro efeito, não coma nem beba na tal igreja ou ermidas nem nas sacristias delas».

No Império Romano, era frequente dispor de bens em testamento para que, no aniversário da morte do testador ou noutros dias por ele determinados, se realizassem os banquetes funerários.

Com novas expressões e modalidades que o rodar dos séculos ia impondo, este costume chegou praticamente até aos nossos dias.

Em capelas senhoriais, por força de disposições testamentárias ou de vínculos nelas instituídos, faziam-se distribuições de comida aos pobres em certos dias do ano, «enquanto o mundo for mundo», «até ao fim do mundo» ou termos semelhantes, que vincavam a perpetuidade da obrigação.

Em Paradela de Monforte, no concelho de Chaves, há uma inscrição, gravada na face exterior da parede lateral da igreja paroquial, em que se faz menção de missas a celebrar e de comida a distribuir aos pobres.

NESTA IGREJA SE DIZEM TRES MISSAS REZADAS E CANTADAS CADA ANO COM UMA PERNA DE VACA PERA OS POBRES PREZENTES PELA ALMA DOS INSTITUIDORES DE Q̃ SE NÃO SABE OS NOMES HE DE CO (?) A.º 1625 <sup>24</sup>

O P. Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal, nas *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, refere os curio-

<sup>24</sup> Reproduzimos a inscrição com a grafia actualizada.

sos e interessantes costumes funerários ainda existentes na região de Bragança <sup>25</sup>.

Ainda hoje nos salmentos fúnebres rurais bragançanos, da casa do defunto para a igreja, acompanhavam o cadáver muitos coleiros cheios de carolos de pão cozido destinados à caridade distribuída aos assistentes e um alqueire de pão em grão para dar ao pároco. Os coleiros ficam à porta da igreja, mas o alqueire de pão vai sempre à cabeça do caixão funerário e junto a ele fica durante os officios fúnebres; segue no fim para o cemitério até que o defunto é lançado no sepulcro, onde o santifica, a bem dizer, dando a estola a beijar à condutora, geralmente uma mulher, e só depois o recebe».

«É frequentíssimo nos testamentos do século XIX e anteriores vir exarada a disposição de se dar caridade de pão, vinho e sardinhas no dia do enterro do testador (hoje vigora o mesmo costume, mas, muitas vezes, em lugar daqueles géneros, dão dinheiro) à porta da igreja, depois de ser lançado na sepultura o cadáver, onde comem e bebem com algazarra e bebedeiras muitas vezes».

«Os banquetes funerários mantêm-se, apesar das proibições dos bispos, dos cânones e das leis da igreja, porque têm a seu favor uma tradição ininterrupta multimilenária, porque fazem parte integrante do substratum litúrgico que o cristianismo recebeu das religiões anteriores, e porque se impõem por si próprios, naturalmente por forma inexcusável, principalmente nos povoados rurais».

«Em Rio de Onor e Guadramil, povoações essencialmente tradicionalistas, os funerais revestem carácter de primitividade frisante.

Além da caridade de pão, adicionada muitas vezes de vinho e sardinhas, os convidados, parentes e amigos, bem como suas famílias, desde as crianças aos velhos, são ajantarados pantagruelicamente. Presuntos inteiros, curgalhos de chouriços, carneiros, cabras et reliqua, atulham potes e caldeiras.

Na deglutição, acompanhada de frequentes libações, em vez da fórmula: *que Deus nos ajude*, usada pelos nossos aldeões, ao levar o pichel à boca, ouve-se: *Deus tenha no céu el ti F...* (o falecido) e os doridos assistem, servindo a todos, e de vela acesa na mão, se o banquete é de noite, como algumas vezes temos presenciado».

Sucede, com frequência, que os participantes no funeral comem em casa da família dorida ou em casa dos vizinhos que, em alguns lugares, tomam por solidariedade, este dever a seu cuidado.

As pessoas de família e amigas que vêm de longe precisam de ser alimentadas.

Em tempos passados, com os maus caminhos e dificuldades nos transportes, este gesto natural e humano constituía verdadeira necessidade.

Fique, no entanto, bem claro que esta refeição tem carácter bastante diferente dos banquetes funerários. Em algumas famílias e casas religiosas era também costume, quando morria algum dos seus membros, pôr o talher na mesa no lugar que o falecido ocupava durante as refeições.

Aos sacerdotes que vinham fazer os officios era servido, ainda não há muitos anos, abundante refeição. Com bastante desagrado das famílias e das populações, o clero acabou com esse velho hábito.

O pároco de Viade, Montalegre, António J. Mourão, quando pôs termo a esta tradição na freguesia, teve de enfrentar a animosidade da primeira família a quem recusava tal convite.

Na região do Barroso é de uso corrente distribuir pão e vinho, à saída do cemitério a quantos acompanham o defunto à última morada.

Esta ligeira refeição é conhecida pelo nome de *carolo* e participar nela representa homenagem à memória do morto e à família.

Em tempos relativamente recentes, era normal, terminada a missa exequial ou depois da missa de sétimo dia, fazer uma distribuição de pão cozido aos pobres. Em certos lugares todos os assistentes, ricos ou pobres, recebiam a oferta, porque a recusa era tida como imperdoável desconsideração.

Na minha meninice, presenciei este costume na freguesia em que nasci. Celebrada a missa de sétimo dia, todas as pessoas atrás do pároco, se dirigiam à casa do falecido. Em frente da casa, o sacerdote rezava um responso e, em seguida, distribuía-se um pão de centeio a quantos pobres aparecessem.

Com a profunda mudança das condições de vida das populações este costume tende a desaparecer. Em alguns sítios, adoptou-se o processo mais simples e prático de, em vez de pão, dar dinheiro.

Como já vimos, o banquete funerário transformou-se em acto de devoção junto do túmulo dos mártires, o que se prestou a abusos deploráveis contra os quais os Padres da Igreja escreveram e pregaram.

<sup>25</sup> Vol. IX, 434 ss.

Depois, com o andar do tempo, passou a fazer-se em honra dos santos, mesmo que não fossem mártires, e assumiu o carácter de obra de misericórdia em favor dos pobres.

O *bodo aos pobres* era um dos números mais importantes do programa das festas populares em honra dos santos.

A casa *real*, as irmandades, as confrarias, as pessoas particulares durante a vida ou, por força de disposições testamentárias, depois da morte, promoviam estes bodos para socorrer os pobres<sup>26</sup>.

A popularidade dos bodos está documentada no Auto da Barca do Purgatório, de Gil Vicente:

«Ia ao bodo da ermida  
cada Santa Margarida  
e dava esmola aos andantes»<sup>27</sup>.

Na Diocese de Vila Real, subsistem ainda casos de bodos, que resistiram à acção do tempo.

Do meu conhecimento são os seguintes:

Couto de Dornelas, concelho de Boticas, na festa de S. Sebastião, no dia 20 de Janeiro, em que há pão, carne e vinho em abundância para todos os forasteiros.

Em Covas do Barroso, Boticas, na festa de Santo António, no dia 13 de Junho, há pão e vinho para toda a gente.

Idênticos bodos existem nas freguesias das Alturas (Boticas) e Salto (Montalegre) em dia de S. Sebastião.

Em Poiares, no concelho da Régua, na festa da Senhora da Graça, no primeiro Domingo de Agosto; e na povoação de Vila Seca, da mesma freguesia na primeira segunda-feira de Agosto, há bodo abundante à disposição de quem quiser tomar parte.

Em Gondiaães, no concelho de Cabeceiras de Basto, há a festa das papas, porque a ementa da refeição, além de carne, pão e vinho, tem como prato especial papas.

## II

## A viagem depois da morte

Com a ideia de que os mortos levavam na sepultura uma vida obscura e apagada, mas semelhante à que tinham passado sobre a terra, coexistia, entre os antigos, o conceito oposto de que os que morriam faziam viagem para um lugar em que para sempre se estabeleciam: Gregos e Romanos aperfeiçoaram esta imagem da vida no além-túmulo, que receberam doutras civilizações.

Na Sagrada Escritura, aparece, com frequência, a mansão e morada dos mortos (*sheol*) e sobre o sentido desta expressão os exegetas apresentam várias interpretações<sup>1</sup>.

No livro sexto da Eneida, descreve Virgílio a descida de Eneias ao lugar subterrâneo onde habitam os mortos, para se encontrar com seu pai Anquises. As pessoas que ali habitavam ou superintendiam, as portas e as estradas que levavam ao Tártaro e aos Campos Elíseos, tudo a imaginação do poeta descreve minuciosamente. Com base nos dados por ele fornecidos, seria possível levantar uma planta completa e um itinerário pormenorizado.

Para facilitar a viagem depois da morte e ajudar nas dificuldades, havia livros que indicavam o itinerário e assinalavam os perigos.

Com esta finalidade, havia no Egipto o *Livro dos Mortos* e instruções semelhantes se encontravam noutros povos do mundo antigo.

Em alguns sarcófagos, têm aparecido papiros e lâminas de ouro que orientavam o morto na difícil viagem do além.

Também se colocavam na sepultura os objectos necessários à viagem: calçado, cavalos de terracota, carro, barco, etc..

Sobre a localização e a maneira como estava organizada a mansão dos mortos, as modalidades e representações eram variadas conforme as épocas e os povos.

Foi muito divulgada a opinião de que estava situada no centro da terra, com acesso por barco através do lago Estige e do rio Aqueronte.

<sup>1</sup> Veja-se sobre o assunto:

R. DE VAUX, O. P., *Les Institutions de l'Ancien Testament*, Paris, Ed. du Cerf, 1958; M. GARCIA CORDERO, O. P., *Teologia de la Biblia*, Madrid, B. A. C., 1970; Série monográfica de Teologia Dogmática: *História Salutis*, vol. II, Madrid, B. A. C., 1976 [Descida de Cristo aos Infernos].

<sup>26</sup> Ver Fr. JOAQUIM DE SANTA ROSA DE VITERBO, *Elucidário*, Bodivo, edição crítica feita por Mário Fiuza (Livraria Civilização).

<sup>27</sup> *Obras Completas*, vol. II, ed. da Livraria Sá da Costa.

No caixão, geralmente na boca do defunto, colocavam-se moedas para se pagar a passagem da barca. Era o óbolo de Caronte, barqueiro duro e inexorável na cobrança.

Esta mentalidade não desapareceu com o paganismo, mas persistiu, com roupagens cristãs, nas populações convertidas ao Evangelho.

Entre os autos de Gil Vicente, são famosos o *Auto da Barca do Inferno*, o *Auto da Barca do Purgatório* e o *Auto da Barca da Glória*.

Mestre Gil conhecia bem a maneira de pensar do povo e mencionou, nos três Autos, a passagem das almas pela barca na viagem para a eternidade.

Na igreja de S. Francisco, no Porto, há uma linda imagem intitulada Senhora da Boa Viagem. A Virgem Santíssima é apresentada morta, metida num esquife em forma de barco, pronto a largar para a eternidade.

Os filólogos são unânimes em afirmar que, originariamente, a palavra «esquife» significava barco.

Nas arrumações de algumas igrejas paroquiais ainda se pode ver o velho esquife em que noutros tempos, eram conduzidos para a sepultura os cadáveres das pessoas pobres.

O costume do óbolo de Caronte chegou quase até aos nossos dias.

Quando por motivo de obras, se tem de remexer o pavimento de igrejas em que, antes da criação dos cemitérios, eram sepultados os mortos, quase sempre se encontram numerosas moedas comprovativas daquele rito pagão. Constituíam a paga que os mortos davam ao barqueiro Caronte; embora estes nomes (Caronte e Estige) tenham escapado da memória do nosso povo<sup>2</sup>.

Num ou noutro lugar, subsiste o hábito, embora já raro, de ao fazer o levantamento do cadáver para o cemitério, meter dinheiro no caixão.

No lugar de Campos, povoação entre Mondim de Basto e Vilar de Ferreiros, essa praxe, segundo nos informam, ainda se mantém.

Em Paradela, Ponteira e Covelães, no concelho de Montalegre, é costume meter no caixão três bocadinhos de pão, três carvões e uma cabaça ou garrafa de vinho, dizendo-se:

Irmão:

Leva este pão, este vinho e este carvão,  
para comeres, beberes e te aqueceres,  
quando passares o rio Jordão<sup>3</sup>.

Na sociedade cristã medieval, continuou o costume de preparar os mortos para a grande viagem, mas agora, no conceito popular, ela era feita ao Túmulo de Santiago de Compostela.

Santiago de Compostela foi, como Roma e a Terra Santa, um dos grandes centros de peregrinação na Idade Média.

Para facilitar a jornada dos peregrinos, fizeram-se pontes e abriram-se estradas que ligavam a Europa Ocidental a Compostela, conhecidas por «caminhos de Santiago». Hospícios, instituições de caridade e a Ordem Militar de Santiago de Espada protegiam, socorriam e auxiliavam os peregrinos ao longo dos caminhos. Indumentária e distintivos especiais tornavam bem conhecidos os que se dirigiam ao túmulo do Apóstolo. Lendas inumeráveis nasceram da devoção a Santiago. A visita do seu túmulo tornou-se a grande aspiração dos cristãos a ponto de se ter criado o ditado que teria de lá ir depois de morto quem lá não fosse durante a vida.

O dinheiro que, em épocas antigas, se metia no caixão para pagamento da barca de Caronte e outros preparativos para a viagem depois da morte passaram a ser considerados necessários para a viagem a Santiago de Compostela.

Um homem do concelho de Mondim de Basto contou-me ter ouvido, em pequeno, ao pai que, no seu tempo, era geral o costume de meter dinheiro no caixão dos mortos para a indispensável viagem a Santiago: «Quem lá não for em vida, irá depois de morto».

Por isso as «alminhas» estão continuamente a entrar por determinada janela daquele santuário...

O Dr. Mário Gonçalves Carneiro, médico distinto e Director das Águas Termas de Chaves, disse-me que fora um dia chamado para ver um doente na povoação de Lampaças, freguesia de Bouçoais, concelho de Valpaços.

O doente morreu precisamente quando o médico chegou à sua beira. Imediatamente a família lhe calçou umas botas fortes, porque o caminho para Santiago de Compostela era longo e péssimo.

<sup>2</sup> F. MARTINS SARMENTO, *Duas tradições populares*, in *Revista Lusitana* I (Porto 1887-89) 275-276.

<sup>3</sup> Informação do P.º João Martins Rodrigo, pároco de Paradela.

O saudoso Dr. Francisco Gonçalves Carneiro, no seu livro *Chaves, Cidade Heroica*, no capítulo IV, intitulado «Caminhos de Santiago em Trás-os-Montes», traz informações interessantes sobre a devoção ao santo Apóstolo.

Na página 132, diz: «Pessoa da região de Montenegro (Curveira) disse-nos que, ali, a primeira atenção que se dispensa a um indivíduo que morre é calçá-lo. E acrescentou ter ouvido desde pequeno a explicação do caso: procede-se assim para que não vá descalço pelos caminhos de Santiago....»

Calça-se imediatamente, pois, logo que morre *ele* pode partir em peregrinação à cidade do Apóstolo!».

Um sacerdote duma congregação religiosa contou-me que, na freguesia da sua naturalidade, na região de Mirandela, era costume colocar um par de sapatos no caixão dos defuntos.

Em Godim e noutras freguesias do concelho da Régua, o chapéu faz parte indispensável da mortalha dos homens.

A única explicação deste curioso costume é, a nosso ver, preparar os defuntos para a peregrinação a Santiago de Compostela.

No paganismo, dizia-se que a Via Láctea era a calçada pavimentada de estrelas por onde os deuses subiam à mansão de Júpiter.

Mais tarde, foi considerada o caminho que os heróis trilhavam para entrar na imortalidade.

A imaginação popular, partindo destes conceitos da antiga mitologia, transformou a Via Láctea no Caminho de Santiago, por onde as almas dos mortos seguiam em direcção ao túmulo do Apóstolo.

Esta transformação cristã da Via Láctea aparece já numa poesia de S. Paulino de Nola (353 a 431). O santo pede a Deus que, depois da morte, lhe abra, através da Via Láctea, o caminho que o leve ao Céu:

Pande viam, qua me post vincula corporis aegri  
In sublime feram: puri qua lactea coeli  
Semita ventosa superat vaga lumina lunae:  
Sua proceres abiere pii, quaque integer olim  
Raptus quadrijugo penetrat super aethera curru  
Eliás, et solido cum corpore praevious Enoch 4.

Tradução:

«Abre-me, Senhor, o caminho por onde, depois de desligado do corpo mortal, suba ao céu: pela Via Láctea que está por cima da luz inconstante da lua: por onde passaram as almas santas e por onde outrora Elias penetrou no céu, arrebatado num carro tirado por quatro cavalos, e onde, antes de todos, entrou Enoch com o próprio corpo».

Sobre a viagem das almas a Santiago, formaram-se maravilhosas lendas e romances populares que se transmitem de geração em geração.

A gritar vai uma alma  
a gritar que se perdia,  
caminho de Santiago  
a cumprir a romaria.

Ouvira-a um cavaleiro  
da sala donde dormia:

P'ra onde vais, ó alma santa  
com tão grande gritaria?

— Caminho de Santiago  
a cumprir a romaria.

— Aplica-te as esmolas  
se as deste algum dia.

— Como eu las aplicarei  
s'eu nada disso fazia?

— Aplica-le as missas  
se as ouviste algum dia.

— Como eu las aplicarei  
s'eu a elas nunca ia?

— Aplica-le o jejum  
se jejuaste algum dia.

— Como eu lo aplicarei,  
s'eu nada disso fazia?

— Sete corentenas qu'eu jejei  
uma delas l'oferecia  
e vai tu, ó alma santa,  
a cumprir a romaria;  
tornarás por aqui à volta,  
dirás-me do que lá ia.

4 Poema V: PL. 61, 440-441.

Quando ela por lá voltou  
o cavaleiro dormia.  
— Durme, durme, cavaleiro,  
boa seja a tua dormida,  
que salvaste duas almas,  
a tua e mais a minha <sup>5</sup>.

Estas crenças lendárias da antiguidade foram assimiladas e cristianizadas pela imaginação do povo e tiveram profunda influência na arte religiosa e mesmo na liturgia. Basta lembrar que até à recente reforma litúrgica, feita depois do Concílio II do Vaticano, se rezava no *Cântico do Ofertório* da missa dos defuntos: «Senhor Jesus Cristo, Rei da Glória, livrai as almas de todos os fiéis defuntos das penas do inferno e do abismo profundo.

*Livrai-as das garras do leão, não as engula o tártaro, não caiam na escuridão».*

### III

#### Espectaculares manifestações de pesar

Ao aparecer no mundo greco-romano, a Igreja respeitou as leis, instituições e costumes que não estavam em contradição com o Evangelho.

Assim como Jesus Cristo, fazendo-se homem, assumiu todos os condicionalismos humanos, excepto o pecado, também a Igreja, pela lei da Encarnação, procurou e procura adaptar-se à maneira de viver dos povos.

Esta foi a atitude do cristianismo relativamente ao culto dos mortos e costumes funerários.

Ainda hoje, em terras de missão, a Igreja mantém, quanto possível, inalteráveis os costumes locais. Todos sabemos como, nas antigas possessões ultramarinas, os missionários respeitaram, neste ponto, os hábitos ancestrais das populações.

No império romano, a morte e a sepultura eram rodeadas de minucioso ceremonial, que os costumes e até as leis obrigavam a cumprir religiosamente.

O grande Doutor da Igreja Santo Agostinho, falecido em 28 de Agosto do ano 430, comentando a passagem do Evangelho de S. João (19,40) em que refere a piedosa sepultura de Jesus feita por Nicodemos

FERNANDO A. MARTINS, *Folklore do Concelho de Vinhais*, vol. I.

e José de Arimateia, afirma: «Não foi em vão que o Evangelista disse segundo a maneira de sepultar usada entre os judeus. Assim nos ensinou a sepultar os mortos conforme os costumes de cada povo»<sup>6</sup>.

No livro das *Confissões*, descreve o enterro de sua mãe, Santa Mónica com a celebração do Santo Sacrifício da Missa estando o corpo já ao pé do sepulcro, *como naquele lugar é costume fazer* <sup>7</sup>.

No império romano e no mundo antigo, além da deposição dos restos mortais na sepultura, estava muito em voga a cremação dos cadáveres.

Santo Agostinho, na sua formosíssima obra *De Cura pro Mortuis Gerenda*, cita a História Eclesiástica de Eusébio de Cesareia e refere que os corpos dos santos mártires de Leão foram reduzidos a cinzas, e estas lançadas ao Rio Ródano <sup>8</sup>.

Com este procedimento, pretendiam<sup>am</sup> os carrascos impedir a veneração dos restos mortais dos mártires e acabar para sempre com a sua memória.

Entre os antigos, estava muito espalhada a ideia de que o corpo era o cárcere da alma e a causa de todas as doenças, misérias e sofrimentos. Esta corrente filosófica foi desenvolvida por Platão no Fédon e pelos seus discípulos.

A fábula de Prometeu acorrentado nas montanhas do Caucaso, a quem as entranhas roídas por abutre insaciável incessantemente renasciam e se renovavam era a figura das limitações e sofrimentos do homem.

Esta concepção deve ter contribuído para difundir a cremação dos cadáveres, considerada por muitos a libertação completa e definitiva da alma.

A fénix era uma ave lendária que vivia na Arábia. Ao chegar aos quinhentos anos de vida voava para o Egipto. Carregada de incenso, mirra e outros aromas, imolava-se numa fogueira na cidade de Heliópolis. Das próprias cinzas, a fénix renascia e voltava ao lugar de origem.

Esta velha lenda simbolizava, de forma poética e maravilhosa, a vida humana renovada e aperfeiçoada depois de queimado o corpo envelhecido, caduco e cheio de misérias.

O papa S. Clemente, na sua famosa epístola aos Coríntios, apon-

<sup>6</sup> PL 35, 1954.

<sup>7</sup> Livro 9, cap. XII: PL 32, 777.

<sup>8</sup> PL 40, 597.

tava o exemplo da fénix como imagem da transformação operada em nós, depois da morte, pelo glorioso ressurgimento<sup>9</sup>.

Os cristãos mostraram sempre viva repugnância pela cremação. A inumação do cadáver harmonizava-se melhor com a crença que professavam, pois o corpo era considerado parte integrante do ser humano.

A morte, conforme o ensinamento da Escritura, é sono passageiro, de que havemos de despertar para a ressurreição final. Os lugares destinados à sepultura eram chamados cemitérios, palavra que, na sua origem grega, significa dormitório.

Santo Agostinho ensinou que «não devemos desprezar nem destruir os corpos dos defuntos, sobretudo dos justos e dos fiéis, de que o Espírito Santo se serviu como órgão e vaso para todas as obras boas»<sup>10</sup>.

O cuidado com a sepultura dos mortos manifestado nas páginas da Bíblia e, de modo especial, a sepultura de Cristo tiveram influência decisiva na mentalidade cristã.

Com a vitória do Cristianismo no Império Romano, a inumação dos cadáveres foi prática universalmente adoptada e seguida.

Quando alguém falecia, a família e as pessoas amigas que se encontravam na casa do defunto, rompiam em clamoroso pranto e entregavam-se a manifestações aparatosas de dor, como lamentações, rasgar o vestuário, deitar-se ao chão, ferir-se no rosto, arrepelar os cabelos etc.

Estas manifestações, a princípio naturais e espontâneas, tornavam-se ponto obrigatório do ritual fúnebre e constituíam o que os Romanos denominavam a *conclamatio*.

Havia mesmo pessoas pagas para representarem este papel. Eram as carpideiras, *praeficae*, que, durante o cortejo fúnebre, tinham a seu cargo prantear e entoar cânticos em louvor do defunto (*nenia*).

Idênticas manifestações de pesar aparecem nas páginas da Bíblia.

Foi grande a dor e tristeza de David, ao receber a notícia da morte de Saul e Jonas (II Samuel 1, 11-27).

José chorou inconsolavelmente na morte e sepultura de seu pai Jacob (Gen. 50, 1-14).

O próprio Jesus derramou lágrimas sobre o túmulo de Lázaro, (Jo. 11, 33-35).

<sup>9</sup> PG 1, 262-266.

<sup>10</sup> Livro I, cap. 13: PL 41, 27 s.

A Igreja, que aceita e respeita o que é nobre e humano, não condena as expressões de luto e tristeza.

Santo Agostinho em carta a uma virgem de nome Sápida que chorava a morte de um irmão que fora diácono na igreja de Cartago, deu esta orientação segura e equilibrada:

«Não nos indignemos com a dor dos que choram seus mortos, mas os fiéis não devem entregar-se a uma dor prolongada. Moderemos a nossa tristeza, pois não devemos entristecer-nos como aqueles que não têm esperança. (1 Tess. 4,12). Ao dizer-nos isto, S. Paulo não proibiu a tristeza, mas que nos entristecêssemos como os gentios que não têm esperança. Marta e Maria, irmãs piedosas e fiéis, choravam seu irmão Lázaro que devia ressuscitar, embora então não soubessem que ele havia de voltar à vida»<sup>11</sup>.

A própria Escritura, no livro do Eclesiástico, recomenda (cap. 38, 16-22):

«Meu filho derrama lágrimas sobre o morto, e chora como um homem que sofreu um rude golpe.

Sepulta o seu corpo segundo o costume, e não desprezes a sua sepultura.

Chora-o amargamente durante um dia por causa da opinião pública, e depois consola-te da tua tristeza.

Toma este luto segundo o merecimento da pessoa, um dia ou dois, para evitar comentários.

Porque a tristeza faz apressar a morte, tira o vigor, e a melancolia do coração faz descair a cabeça.

Depois das exéquias deixa a tristeza; uma vida de aplicação é insuportável.

Não entregues o teu coração à tristeza, mas afasta-a e lembra-te do teu fim.

Não te esqueças dele, porque não há retorno; em nada aproveitarás ao morto e só causarás dano a ti mesmo».

S. João Crisóstomo insurge-se contra manifestações exageradas e doentias.

«Quando vejo nas praças públicas os prantos, queixumes, invocações em altos gritos, as lamentações e outras coisas indecorosas, tenho vergonha dos gregos, judeus e heréticos que nos vêem e que por isso nos desprezam e escarnecem».

<sup>11</sup> Carta 263: PL 1082-1084.

«Que coisa mais veigonhosa e feia do que ver um homem ou uma mulher a dizerem que estão crucificados para o mundo e ele a arrancar os cabelos e ela a gritar em altos brados.

Estas atitudes não passam de comédias e representações teatrais»<sup>12</sup>.

As palavras dos homens da Igreja a recomendar comedimento e moderação eram pouco atendidas.

Estes usos e costumes foram também largamente observados em Portugal.

Na célebre determinação da Câmara de Lisboa promulgada em 1385, no mesmo dia da Batalha de Aljubarrota, contra superstições e costumes pagãos, proíbe-se severamente que «nenhum homem nem mulher não se carpa, nem depene nem brade sobre algum finado nem por ele, ainda que seja padre, madre, filho ou filha, irmão ou irmã, ou marido ou mulher nem por outra nenhuma perda nem morte, não tolhendo a qualquer que não traga seu dó e chore se quiser».

A determinação camarária estabeleceu penas severas para aqueles que a não cumprissem, tais como a retenção do morto em casa durante oito dias; e quem não tivesse por onde pagar seria degredado da cidade e termo, até que El-Rei lhe perdoasse<sup>13</sup>.

No entanto esta rigorosa disposição ficou letra morta, pois nos funerais de D. João I, sob cuja autoridade havia sido promulgada, não faltaram, segundo informa Rui de Pina, as costumadas e sensacionais manifestações de pesar<sup>14</sup>.

A morte de membros da família real prestava-se a estas espectaculares representações.

No enterro do príncipe D. Afonso, filho de D. João II, que morreu no trágico desastre de Ribeira de Santarém, «se depenaram então cabeças de muito siso e arrancaram barbas de muita autoridade; ali não ficou rosto de mulher que com as próprias mãos e unhas cruéis não fosse esbofeteado e feito em sangue»<sup>15</sup>.

O ambiente de consternação que envolveu a morte do Rei Venturoso foi assim descrito por Gil Vicente:

<sup>12</sup> *Homilia* 4.<sup>a</sup>, n.º 5: PG 63.

<sup>13</sup> Veja-se FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, I, Porto, ed. Portucalense Editora, I, 402.

<sup>14</sup> Sobre a morte e exéquias de El-Rei D. João I, veja-se o cap. I da *Chronica do Senhor Rey Dom Duarte*, de Ruy de Pina.

<sup>15</sup> Sobre as circunstâncias da trágica morte do príncipe D. Afonso e sobre as manifestações de dor na corte e por todo o Reino, ver RUI DE PINA, *Crónica d'El-Rei D. João II*, tomo II, capítulo 50.

Pranto fazem em Lisboa  
dia de Santa Luzia,  
por El-Rei D. Manuel,  
que se finou nesse dia.  
Choram Duques, Mestres, Condes  
cada um quem mais podia;  
os fidalgos e donzelas  
muito tristes em porfia  
os Infantes davam gritos,  
a Infanta se carpia;  
seus cabelos fios de ouro  
arrincava e destruía<sup>16</sup>.

As constituições dos Bispados condenavam estes desvairados exageros.

Nas constituições da Guarda de 1621, fls. 171, pode ler-se:

«Item proibimos que nos ditos acompanhamentos e enterramentos e nas igrejas em que os defuntos se enterrarem se não consintam pessoas que vão dando vozes descompostas ou fazendo extraordinários e desordenados prantos».

Esta proibição foi repetida pelas mesmas palavras nas Constituições de 1759, fl. 372.

Nas constituições dadas, em 1690, à Diocese do Porto por D. João de Sousa, vem na fl. 471, o seguinte:

«Porque não convém que nas exéquias e officios de defuntos se introduzam superstições ou abusos que com espécie e fingida imitação de verdadeira piedade e religião cristã costumam enganar os ânimos dos rudes e ignorantes.

Proibimos que nos ditos acompanhamentos e enterramentos e nas igrejas em que os defuntos se enterrarem, se consintam pessoas que vão dando vozes descompostas ou fazendo extraordinários e desordenados prantos».

As determinações da lei tanto eclesiástica como civil são pouco eficientes para acabar com usos e costumes enraizados, desde há muitos séculos, no povo.

Por isso não nos admiremos de que, em freguesias do Norte de Portugal, sejam ainda frequentes estas espectaculares manifestações.

D. ANTÓNIO CARDOSO CUNHA  
Bispo de Vila Real